

Adoção – e o Direito de Família reinventa a família ¹

Giselle Câmara Groeninga²

E diz a música *“Pai e mãe, ouro de mina, coração desejo e sina, tudo o mais pura rotina...”*... mas se já nas famílias originais a realidade das relações está longe de ser rotina, “normalidade”, nas adoções mais ainda.

E, muitas vezes, com as complicações trazidas pelo Direito ampliam-se, nas adoções, possíveis confusões em relação aos destinatários dos investimentos afetivos. E alerto que o Direito de Família também tem inconsciente.....

Tanto a Psicanálise como o Direito de Família tocam indagações existenciais centrais – de onde viemos, o que somos e para onde vamos. E as complexidades trazidas pela adoção nos permitem um exame destas questões sob outra perspectiva, mas que tangenciam a própria definição de família, suas bases de constituição, bem como preconceitos e ideologias. Alguns destes vieses ideológicos serão brevemente aqui examinados.

Vieses que mais indicam que a adoção representa, de alguma forma, um tabu para nossa cultura, despertando proporcionais paixões e resistências.

A família é anterior ao Estado e, por óbvio, ao próprio Direito. Sabemos que a Lei que constitui a família tem sua gênese no interdito do parricídio (como Freud o descreveu magistralmente em *“Totem e Tabu”*, 1913), e do incesto. Não esqueçamos que as adoções tangenciam as questões do parentesco.

¹Este trabalho foi apresentado na mesa “Adoção e seus desconcertos” com Maria Luiza de Assis Moura Ghirardi no I Simpósio Bienal “O mesmo, o outro: Psicanálise em movimento” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

² Psicanalista pelo Instituto Sedes Sapientiae, Membro filiado ao Instituto Durval Marcondes da Sociedade de Psicanálise de São Paulo, Mestre e Doutora em Direito Civil pela USP, Diretora Nacional de Relações Interdisciplinares do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Membro do Conselho Executivo da International Society of Family Law.

Mesmo sendo anterior, o Direito e o Estado vêm há muito definindo o que é a família, sobretudo segundo outros parâmetros, por certo baseados em interesses alicerçados em formas de exercício de poder e controle.

O percurso da evolução das Leis, calcada nos costumes e mesmo na tentativa de controle dos impulsos, se dá, sobretudo, com relação aos impulsos agressivos, alicerçando o “Contrato Social”. Mas este controle se dá, também, e de forma um tanto mais ideológica, no que toca aos impulsos sexuais. (Freud bem o apontou em diversos textos como em “Moral Sexual `Civilizada` e a Doença Nervosa Moderna”, 1908 – texto prenúncio de O Mal-Estar na Civilização, 1929).

Na organização familiar, nas suas bases, o paradoxal instituto da adoção desafia a família fundada nos laços de sangue e no patrimônio, de certa forma deixando entrever a força do desejo. Há muito a adoção nos coloca questões da prevalência dos desejos e dos afetos como que subvertendo, ou ao menos questionando, aquelas bases de constituição da família.

O instituto da adoção demanda o nosso trabalho, dos psicanalistas, na busca de significados e que, por sua vez, resignifiquem outros significados e, sobretudo, aos preconceitos e às ideologias, e que permitam, se não compreender, ao menos questionar sob outra ótica o porquê de tantas dificuldades quanto às adoções.

Um dado paradoxal é o fato de que o número de crianças e adolescentes disponíveis para adoção é sensivelmente menor do que aquele de pessoas dispostas a adotar e, no entanto, grande parte daqueles vive a triste realidade dos abrigos.

Já em sua origem o instituto jurídico da adoção é curioso. Ele está presente já no Código de Hamurabi (1750 A.C. Mesopotâmia), aquele da lei de Talião, da retaliação, do “olho por olho, do dente por dente”. Um modelo que poderíamos descrever como bem esquizo-paranóide, para utilizar a terminologia Kleiniana. Mas não só, o referido código, de forma surpreendente e mais avançada face aos códigos atuais, previa também reparações...

Vejamos alguns exemplos interessantes daquele código: se um homem adotasse uma criança desde o nascimento e a criasse, esta não poderia ser reclamada pelos pais biológicos; se adotada e continuasse a reclamar por seu pai ou por sua mãe ela deveria voltar à casa de seu pai; se depois de adotar se tivesse filhos, o filho de criação não partiria de mãos vazias e o pai de criação deveria dar-lhe bens móveis e um terço de sua parte na herança; se o filho adotivo dissesse ao pai ou à sua mãe que o criasse “tu não és meu pai ou minha mãe”, se cortaria sua língua; se desprezasse o pai ou a mãe que o criaram, se arrancaria seu olho.

Para os romanos na adoção cortavam-se os laços com a família de sangue e havia também a adoção em que o adotado embora possuía direitos na família de origem ainda era possível ser herdeiro do adotante.

Para o Direito Romano a família era um conjunto de pessoas sujeitas ao poder do *pater familias*, o que incluía não só os parentes mas também o patrimônio – e assim, interessantemente, os escravos. O principal fundamento do Direito Romano na área da família era a autoridade do homem sobre a mulher e sobre os filhos e, claro, sobre o patrimônio.

Por óbvio a família romana não era uma família fundada no afeto mas este aparecia no instituto da adoção. A família era unidade econômica, religiosa, política e jurisdicional, não muito diferente do que até há bem pouco, na sociedade ocidental, a caracterizava exclusivamente.

Já os filhos gerados fora do casamento não faziam parte do culto em torno do fogo sagrado, e a falta de filhos, a esterilidade da mulher era punida com anulação do casamento ou exclusão da sociedade. Como o papel da mulher era o de manter o fogo sagrado e oferecer-lhe sacrifícios surgiu, então, o instituto da adoção também como uma forma de proteção à continuidade daquelas famílias.

Curiosamente, encontramos nos dois códigos exemplificados acima possibilidades de manutenção de vínculos com ambas as famílias e previsões de reparações, condições que não são contempladas atualmente e às quais o Direito resiste em reconhecer como legítimas....

A comparação da legislação atual com os exemplos acima implica quase que um retrocesso. E isto nos faz pensar ainda mais no significado simbólico da adoção e mesmo no tabu que ela representa para nossa cultura.

Tomemos as mudanças ocorridas na organização familiar, e também como vemos a família atualmente, em que o afeto é claramente um valor. A família hierarquizada, patrimonializada, sacralizada e matrimonializada se modificou para a família dita eudemonista, em que cada um busca sua realização e bem-estar, respeitando-se a finalidade da família de proteção e cuidado.

Ao longo dos tempos, diversas foram as modificações na visão e possibilidade de constituição da família. Podemos citar alguns fatores além, claro, da contribuição da Psicanálise. A Revolução Feminista, com todas as suas consequências na visão das diferenças; o advento do divórcio; a afirmação das liberdades individuais e não mais uma família em bloco em que a conjugalidade e a parentalidade encontravam-se amalgamadas; a crescente separação entre igreja e Estado.³

Atualmente, se tem uma família em que nas separações, em sentido lato, os subsistemas conjugal e parental não se sobrepõem como antes e as relações paterno-filiais ganharam relativa independência. O Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente tem sido o norte das relações pós-separação e das políticas públicas, inclusive as relativas à adoção.

Outro fator de mudança é a independência entre casamento, relações sexuais e a própria reprodução, termo curioso...., em que os métodos contraceptivos acompanharam a crescente liberdade quanto ao exercício da sexualidade. As inseminações medicamente assistidas, mas não só.... trouxeram novas possibilidades de constituição da família e, claro, questionamentos. Ampliou-se a liberdade quanto

³ Como um parênteses, o Estado que deveria ser laico mas na realidade não o é tanto. Exemplos são os crucifixos nas salas de audiência, as reivindicações quanto à definição de família como sendo formada exclusivamente por casais heterossexuais, inclusive com fundamento nas sagradas escrituras, a interrupção da gravidez mesmo nos casos de anencefalia, igualmente com argumentações religiosas e ideológicas, e mesmo a representatividade por congressistas evangélicos, etc.. Seja como for, há, no mínimo, uma oscilação entre a separação e sobreposição entre religião e Estado.

ao exercício da sexualidade, as diversas escolhas ou orientações quanto ao gênero e opção em relação a se ter filhos.

Temos atualmente, como dito, o que se denomina como a família eudemonista - em que cada um busca a sua realização e bem estar de acordo com a finalidade da família. Aliás, não à toa falamos hoje do Direito à Felicidade - um conceito discutível, mas uma ideologia presente no imaginário social. A família eudemonista chega, até certo ponto, a confundir-se para alguns com o hedonismo, fruto de tempos em que a sociedade de consumo, do espetáculo emerge com a força do id mas este é um outro capítulo....

Embora atualmente haja todo um movimento interdisciplinar, em que inclusive a Psicanálise tem ganho crescente espaço, certo é que o Direito de Família tem resistências a compreender em sua amplitude o conceito de família.

Mas muito se caminhou, e podemos apontar que na evolução do Direito algumas famílias eram excluídas de tal categorização, não eram consideradas famílias, sendo que ainda para o Direito algumas famílias ainda são mais de família do que outras famílias....

Inextrincavelmente ligado à tal evolução está o fato de o afeto ter sido guinado ao *status* de categoria jurídica, ou princípio como preferem alguns juristas. Com isto, abriram-se as portas para a consideração de questões da ordem da subjetividade e do desejo.

No entanto, do outro lado da oscilação do pêndulo, embora se tenha em muito evoluído e cada vez mais a voz da Sociedade se faça ouvir e as diversidades sejam, de alguma maneira contempladas, ainda podemos dizer que vigem como formas de controle social, o controle da agressividade e, ainda em muito o controle da sexualidade. Assim, de forma caricata e onipotente ainda cabe dizer que para o Direito “o Estado sou eu, a família sou eu, a realidade sou eu...”.

O outro, o estranho e o diferente não o eram, muitas vezes ainda não o são, e mesmo não existem.... O mecanismo de negação em muito foi e ainda é utilizado pelo Direito.

Na dinâmica de exclusão e da repressão temos relações que não interessam ao Direito como se “o que não está na lei não está no mundo”. E mesmo quando há uma evolução nas Leis, enorme é a resistência que ocorre nos processos judiciais para que o Juiz cumpra sua função – que é a de dizer a lei – e que esta se faça cumprir. Um curioso bordão é “O que não está nos autos não está no mundo” em uma, para nós, evidente negação da realidade e do outro....

Não à toa se fala no Direito como ficção, ou ainda podemos ver os processos como muitas vezes construções apartadas da realidade. E, nesta linha, assim o são algumas disposições relativas à adoção.

Certo é que a Constituição de 1988 nos brindou com a igualdade entre homens e mulheres e também finalmente foi vedada a discriminação entre os filhos. Antes sofriam várias classificações, por exemplo os filhos adulterinos, ou ainda os filhos do coito danado....

Agora não mais cabe discriminá-los quanto à origem. E ainda, importantes mudanças ocorreram com relação à igualdade entre os cônjuges e entre homens e mulheres, embora em muitos aspectos devamos apontar que se trata de uma “pseudo” igualdade, sendo mais ideal do que real.

E ainda, tal igualdade, desejável, por outro lado também carrega ideologias que acabam quase que por homogeneizar as diferenças. Não podemos deixar de apontar o risco do politicamente correto, e que ameaça a arte, o humor e, sobretudo, às diferenças que nos são essenciais.

Costumo dizer que atualmente passamos por uma revolução da Metassexualidade – em que se de um lado quebraram-se, com grandes ganhos, as categorizações excludentes, de oposição, e mesmo uma categorização esquizo-paranóide, de outro lado há um movimento, preocupante, de homogeinização das diferenças.

Sabemos ser tal negação das diferenças o resultado, na verdade, também da negação da falta, das diferenças entre as identidades.... Parte da ideologia Queer assim o é, em

que a cultura seria a responsável pelas diferenças. Na tentativa em se combater o preconceito joga-se o bebê, e as diferenças sexuais...., junto com a água do banho.

Nesta linha, há, por exemplo, um movimento em diversos países para a aprovação de leis que permitam que no registro de nascimento conste uma terceira denominação, além do feminino e do masculino, sob a denominação de “outro” ou “diverso” ou “neutro” ou “X”.

E se o Direito atender a pleitos de parcelas da sociedade que, em nome de acabar com o preconceito, possam borrar as diferenças – teríamos, então, um claro exemplo de o Direito reinventando a construção das identidades de gênero..... e mesmo negando as diferenças.

Ao falarmos em adoção um Princípio que vale ser citado é o Do Superior Interesse da Criança e do Adolescente – uma doutrina que traduz o conhecimento das necessidades da criança e do adolescente. Um princípio no mais das vezes citado também, por óbvio não só, de forma projetiva traduzindo necessidades que são mais dos adultos do que das crianças. E a adoção por muito tempo atendeu muito mais às necessidades, direitos, dos adultos do que das crianças.

Mas, seja como for, o eixo tem cada vez mais se modificado da ênfase excludente no direito dos adultos para a inclusão do direito das crianças.

No entanto, aponto que na realidade não se pode no Direito de Família analisar direitos em oposição, sendo que sim os direitos devem ser vistos como complementares tendo em vista o próprio conceito de família tal qual podemos definir segundo a ótica da Psicanálise.

Tomo um conceito de família que acredito ser universal – uma estrutura, em que os elementos mantém uma certa estabilidade ao longo do tempo, em que cada um ocupa um lugar e exerce uma função. Função sabemos, e é importante frisar, necessariamente complementar. Os vínculos são de natureza consciente e inconsciente. A família é uma estrutura marcada pela diferença entre gerações (interdito do incesto), e que atende à finalidade de cuidado e proteção dos mais

vulneráveis, bebês, crianças e adolescentes e, atualmente, os idosos, e também o cuidado da vulnerabilidade de todos nós – assim nos sabemos ser.

As semelhanças e diferenças nos constituem. E as diferenças entre lugares e funções são essenciais à constituição da identidade e funcionalidade da família. Certo é que fundamental a ampliação do conceito de família para que não mais sejam excluídas formas e arranjos familiares.

E neste diapasão atualmente a família é vista como plural, formada por casais em que não mais a identidade de gênero é condição *sien quan non* para que sejam reconhecidos direitos e deveres no âmbito familiar. Um ideal a ser perquerido.

Nesta linha, da triangulação, da conflitiva edipiana no interjogo entre fantasias, desejos e realidade, costume traduzir a dinâmica das identificações que formarão os alicerces da personalidade e as escolhas, e a ambivalência afetiva, como o “Direito à Oscilação Afetiva”. Um direito psíquico, por assim dizer, que têm a criança e o adolescente em vivenciar os afetos, ambivalências e a realidade da vida de fantasia com relação aos que exercem as funções materna e paterna. Um direito a ser protegido, de acordo com a doutrina do Direito ao Livre Desenvolvimento da Personalidade.

Retomemos a adoção - um instituto que existe desde há muito, sendo assunto que toca pontos extremamente sensíveis de nossa identidade. Se a igualdade passou a ser um valor, sendo vedado discriminar os filhos, inclusive com relação à sua origem, algo curioso se passa quando se conjuga esta vedação com os recentes avanços em relação à multiparentalidade, como veremos.

A adoção representa também um tabu. No mito de Édipo Rei, utilizado como um paradigma da Psicanálise para pensar o desenvolvimento da personalidade do ser humano, a adoção está presente. A fantasia de adoção, como sabemos, é bastante prevalente ao vivenciar a conflitiva edipiana. E em relação à adoção são as mesmas vicissitudes do conflito edipiano.

Nas adoções no Brasil temos algumas questões tabus que se impõem. Vejo como no mínimo curiosa, e muito problemática, a ideologia de substituição dos pais biológicos pelos pais adotantes. Para se consumar a adoção deve haver a destituição do Poder Familiar com a substituição dos nomes no registro de nascimento. A fantasia subjacente é a de que os vínculos possam ser apagados o que, simbolicamente, pode representar um “assassinato”, uma atuação na realidade, e sancionada pelo Direito, do mito edipiano.

Este é apenas um exemplo da tentativa de se “resolver” uma questão no nível da realidade legal, desconsiderando-se a realidade psíquica que o Direito, obviamente, tem dificuldade em compreender. Neste sentido, alguns atos judiciais acabam por ser mais “atuações”. Não à toa que muitas adoções de dramas tornam-se tragédias.

Como dito acima, na adoção há a destituição do Poder Familiar, que antes da Constituição de 1988 era nomeado como Pátrio Poder. Curiosamente sob a “justificativa” de que se possa necessitar algum tipo de doação de órgãos ou em nome de não se correr o risco de algum casamento entre irmãos (fantasia claramente edipiana e muito prevalente quando se tem um vácuo, um buraco em termos de identidade) se advoga que se tenha algum tipo de registro de quem são os pais biológicos. Não que este registro não deva existir, muito pelo contrário como veremos, mas chamo a atenção para a justificativa. Ou ainda, temos um outro argumento, um pouco mais elaborado, para que se mantenha o registro, que é o do direito à identidade genética. Este argumento pende mais para o real Superior Interesse da Criança e do Adolescente.

Nos caminhos e descaminhos das fantasias e realidades do instituto da adoção, uma forma até difícil de compreender para outras legislações é a “Adoção à Brasileira”. Nesta, como se diz “ao arrepio da lei” os filhos eram registrados como se biológicos fossem. A Adoção à Brasileira ocorria, e ainda ocorre, com a convivência de profissionais de saúde, se dando tanto de forma anônima entre adotantes e mãe biológica, como sob a forma de Adoção *Intuito Personae*.

A adoção à brasileira é uma forma de adoção até há pouco tempo tolerada, mas que na realidade constitui crime. Muitas vezes quando descoberta as crianças chegaram, e

chegam, a serem retiradas das famílias adotantes, inclusive sob força policial, desconsiderando-se assim o referido Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente; desconsiderando-se mesmo as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário como a Convenção da Haia em que se a criança ou adolescente subtraídos de um dos pais estivessem há mais de um ano adaptados a outro país possivelmente ali permaneceriam.

Passou a ser lei o nos hospitais do Registro dos Nascidos Vivos, também como uma forma de coibir a Adoção à Brasileira.

E, ainda, como exemplo das pseudo-adoções não há muito tempo tínhamos os chamados “filhos de criação” que eram, muitas vezes, fruto de relações extraconjugais, ou alvo de caridade. Tínhamos ainda crianças que ajudavam nos serviços domésticos e acabavam ocupando afetivamente este lugar intermediário, mas sem reconhecimento de direitos.

Na linha de análise crítica das ideologias que acompanharam e acompanham o instituto da adoção tivemos alguns escândalos – representantes de conteúdos psíquicos complexos. Escândalos que conclamam a que pensemos quais são os seus significados. Por exemplo, tivemos o escândalo em que foi protagonista um Juiz, de Campinas, que foi acusado de estar mandando nossas “tão bem cuidadas crianças” para o exterior. Uma evidente negação e deslocamento da falência do Estado para cuidar das famílias, das crianças e das adoções, utilizando-se em muito um juiz como “bode expiatório”.

E então, surgiu o CNJ – Conselho Nacional de Justiça – órgão externo de controle do Poder Judiciário, e que tem sido responsável pela criação de uma série de Políticas Públicas. Observo que embora seria também um órgão de controle, e punição, da magistratura, isto só ocorre em casos absolutamente excepcionais....

E o Conselho Nacional de Justiça, CNJ, criou o Cadastro Nacional da Adoção, CNA. Uma boa intenção, como as que estão cheias o inferno dos abrigos....

Paralelamente à tentativa de institucionalizar a adoção vedando-se a “adoção à brasileira”, o instituto parece que passou cada vez mais a encarnar o mito do amor materno incondicional. Não que a adoção já não condensasse esta ideologia, mas com a criação do CNA este passou a ocupar lugar mais central. Assim, mal vistas eram, e ainda o são, as escolhas na tentativa de buscar semelhanças físicas e mesmo um vínculo com um bebê praticamente desde o início da vida.... Não raro se escutava como uma racionalização à ideologia da aceitação incondicional que “filhos não se escolhem”....

Seria como que exigido um amor incondicional dos adotantes como se o desejo devesse se submeter à oferta dos abrigos, às necessidades do Estado, às ideologias e às subjetividades dos agentes públicos. E, ainda por cima, é como se devesse ser pago um preço extra de amor pela “culpa” em não poder gerar filhos, ou ainda se compensar pelo que é visto como o abandono e/ou rejeição por parte da mãe biológica. Ou, melhor dizendo, dos pais biológicos, embora quem seja alvo de projeções e cobranças sejam em geral as mães. Nesta área, sintomaticamente, ainda fala-se menos ainda da responsabilidade dos pais.

O Cadastro Nacional da Adoção, aliás sob o comando da Juíza Andrea Pachá que já esteve aqui na SBPSP em Jornada Psicanálise e Direito, foi uma curiosa criação visando agilizar os processos de adoção. A ideia embora boa, passou a privilegiar uma fila, sendo muitas vezes punida a desobediência a esta ordem. E com este cadastro ainda mais desqualificadas foram as adoções *intuito personae*. O CNA foi e é receptáculo das diversas fantasias de amor incondicional.

Claro que quando a lei não atende anseios legítimos ela acaba sendo ainda mais burlada. Além de o CNA não funcionar bem por atender mais a uma ideologia do que às necessidades e desejos dos adotantes, diversas sanções foram impostas aos que furaram a fila. E estas acabaram impostas sobretudo às crianças assim adotadas, ferindo-se, em nome de punir adultos, o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente. Eu mesma dei pareceres referentes à situações em que se pretendia tirar as crianças à força da casa dos adotantes por terem eles furado a fila... Felizmente ultimamente o bom senso tem prevalecido em algumas, mas não em todas as decisões judiciais.

Por outro lado, juntamente com a valorização dos vínculos, do afeto como se diz, começou um movimento no Direito brasileiro que é o do reconhecimento da paternidade socioafetiva, contrapondo-se à família baseada nos laços de sangue.

Vejo esta também, claro que não só, como uma conquista da interdisciplinaridade e mesmo da interface entre a Psicanálise e o Direito. Com o reconhecimento dos vínculos baseados na convivência, e portanto no afeto, ampliou-se o conceito de paternidade e o Direito recepcionou o termo parentalidade.

O termo parentalidade é próprio da Psicanálise mas que foi, curiosamente, apropriado pelo Direito de Família. Seu uso é ainda um tanto polissêmico e, devo dizer, não é entendido no sentido da necessária complementariedade das relações.... Muitas vezes o termo é utilizado como sinônimo de paternidade, e mesmo para designar relações de parentesco.

Com a recepção do Direito da Paternidade Socioafetiva, passaram a constar nas certidões de nascimento não mais apenas o pai e a mãe mas, no caso, também outro pai e/ou mãe.

E um dos resultados da Paternidade Socioafetiva é o que se denomina de multiparentalidade. Não mais, neste caso, o Direito nega a realidade. E, ainda, fruto dos novos arranjos familiares, não mais se especificam o pai e a mãe, mas sim “Filho(a) de....”. Outra determinação do Conselho Nacional de Justiça, CNJ.

A meu ver, a recepção da multiparentalidade no Direito vem a abrir o caminho para que se repense, por analogia, a adoção sobretudo quanto à exclusão dos pais biológicos. Mãe e pai não só uma ou um.... Em recente julgado do Supremo Tribunal Federal foram reconhecidas duas filiações não excludentes: a filiação biológica e a socioafetiva. Inclusive, curiosamente, não se restringiram direitos hereditários... quase que uma retomada de aspectos dos códigos citados aqui como ilustrações históricas.

No início da exposição apontei que o Direito como que se apropriou da família, considerando algumas famílias como tais e outras não, ou nem tanto. Atualmente

vemos um movimento curioso em que ocorre a mesma dinâmica mas de modo inverso. Quase que correndo atrás de algumas mudanças sociais, e da negação da falta e das diferenças, o direito a meu ver continua atropelando a família fazendo eco a algumas confusões próprias da fantasia e do desejo, e desconsiderando justamente a diferença entre gerações, o que é, claro, central na constituição das famílias e na formação da personalidade.

Trago o exemplo de um recente julgamento de adoção por avós. 1. Criaram o neto desde o nascimento por impossibilidade psicológica da mãe biológica, vítima de agressão sexual. 2. Superior Interesse da Criança 3. Os elementos usualmente elencados como justificadores da vedação à adoção por ascendentes são: i) a possível confusão na estrutura familiar ii) problemas decorrentes de questões hereditárias; iii) fraudes previdenciárias e, iv) a inocuidade da medida em termos de transferência de amor/afeto para o adotando. 4. 5. Tirado do substrato fático disponível, que a família resultante desse singular arranjo, contempla, hoje, como filho e irmão, a pessoa do adotante,... poderia a própria lei estar ratificando a ruptura de uma família socioafetiva, construída ao longo de quase duas décadas com o adotante vivendo, plenamente esses papéis intrafamiliares. Relatora Ministra Fátima Nancy Andriighi, 27/02/2018 (STJ. REsp: 1635649 SP 2016/0273312-3).

Curiosamente no caso não se considerou a função avoenga, amalgamando-a à função materna, com o ingrediente de tentar via a confusão das funções, “resolver” o trauma sofrido. Um caso a meu ver dramático e que possivelmente tornou-se trágico. O exercer a função como se fosse mãe, o ser vista como se fosse a mãe, não transforma a avó em mãe. A ação judicial tenta, assim, transformar desejos e fantasias em realidade, mais uma vez com um caráter mais de “atuação” no sentido psicanalítico.

Uma outra questão que ainda cabe trazer é quanto a não haver nenhum mecanismo que garanta que o adotado teve ou terá acesso à informação de que assim o é. Tal ponto tem a ver com o referido Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente que, neste caso, não se tem garantia de ser respeitado, sobretudo em assunto tão delicado como o é a adoção.

Não poderia deixar de citar nesta exposição ainda mais algumas questões que tocam a adoção. Uma é a da quebra do preconceito em relação à adoção por casais homossexuais o que, de um lado, parece se afigurar como uma evolução. Já de outro lado, não se pode negar que haverá mais trabalho psíquico a ser realizado sobretudo pelo adotado. Muitas vezes se negam tais dificuldades em nome de uma ideologia que desconsidera as diferenças sexuais e mesmo aquelas entre os gêneros. E, tenho observado, em alguns casos, que a adoção tem em muito a finalidade em “normalizar” a homossexualidade, no sentido que apontou Elizabeth Roudinesco em seu livro “A Família em Desordem”. Claro que as adoções por casais heterossexuais também podem ter como finalidade questões igualmente narcísicas, mas de outra ordem.

Outra questão é a da hipervalorização da família biológica quando para ocorrer a adoção tentam se esgotar as possibilidades de acolhimento pelas famílias biológicas. A exigência legal de que se buscasse as famílias biológicas levou a uma interminável demora nos processos de adoção.

Com o reconhecimento das falhas no Cadastro Nacional da Adoção, CNA, e da realidade dos abrigos, das dificuldades quanto às adoções tardias, começaram a ser divulgadas imagens de crianças e adolescentes em busca de adoção para as pessoas habilitadas. E a adoção, não sem certa polêmica, recentemente entrou na internet.

Para dar notícia de mudanças recentes, o que passou por um período sendo “demonizada” — a adoção *intuito personae* — tem sido resgatada com a possibilidade chamada também de adoção direta, 2018, ou “adoção direcionada ou consentida”. Esta não é ilegal, ocorrendo só em casos excepcionais em que os pais biológicos registram a criança, é feito um termo de anuência na delegacia da infância para que a criança possa ir para a casa do casal que quer adotar, depois dá-se entrada na Justiça para a adoção. Com a Nova Lei da Adoção o Juiz tem 10 dias para marcar a audiência e os pais 10 dias para se arrepender. Deve ficar provado o conhecimento e relação de amizade antes da gestação. Mesmo assim o juiz pode mandar a criança para abrigo se entender que a fila local está sendo burlada....

Com este breve panorama procurei pontuar algumas questões paradoxais em relação à adoção - um terreno fértil para a análise e colaboração dos Psicanalistas.

Chama a atenção, como um sintoma, a desproporção de crianças para a adoção em o número bem maior de proponentes à adoção.

Área em que se evidenciam preconceitos e ideologias que, muitas vezes, gravitam em torno no Complexo de Édipo, das fantasias e dos interditos correlatos. A tragédia grega tem justamente como um de seus substratos a adoção.

Dada a dificuldade da questão e ainda pouca interação com outras disciplinas, sobretudo a Psicanálise, muitas vezes a Lei e as ações judiciais têm mais um caráter de “atuação”. Na tentativa em lidar com as questões, o Direito quase que assume a “paternidade” da adoção, chegando em algumas situações a, de forma caricata, tentar reinventar a família, acabando inadvertidamente por contribuir para uma situação por definição passível de muitas confusões e subjetividade.